POLÍTICA DE ENDIVIDAMENTO, DERIVATIVOS E DE CONCESSÃO DE GARANTIAS E AVAIS DA

LOCALIZA FLEET S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.286.479/0001-08– NIRE nº 31300013014

Av. Bernardo de Vasconcelos, nº 377, Bairro Cachoeirinha, Belo Horizonte, MG

“Certificamos que o presente documento contém a Política de Endividamento e Derivativos da Localiza Fleet, aprovada na Reunião do Conselho de Administração de 27 de julho de 2020”.

Belo Horizonte, 27 de julho de 2020.

Eugênio Pacelli Mattar

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. NORMAS GERAIS

1.1. Introdução

- 1.1.1.** A Localiza Fleet S.A. (“Localiza” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto comprometida com as boas práticas de governança corporativa do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e do Código Brasileiro de Governança Corporativa instituído pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”) e preocupa-se em assegurar elevados padrões de transparência e equidade de tratamento com os investidores e o mercado de capitais em geral.
- 1.1.2.** Este documento estabelece a Política de Endividamento e Derivativos (“Política”) da Localiza Fleet com o objetivo de definir os limites de competência da Diretoria de Finanças para a captação de recursos e contratação de operações de derivativos.
- 1.1.3.** Quaisquer dúvidas acerca das disposições desta Política, da regulamentação aplicável pela CVM ou outros órgãos reguladores nacionais e estrangeiros a que a Localiza Fleet esteja sujeita deverão ser esclarecidas com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores.
- 1.1.4.** Esta política abrangerá também os limites e competência da Diretoria Financeira para concessão de garantias e avais.

1.2. Definições

- 1.2.1.** Na aplicação e interpretação dos termos e condições contidos na presente Política, os termos abaixo relacionados terão os seguintes significados:

"Dívida Líquida" É o valor calculado em bases consolidadas da Localiza Rent a Car S.A. igual (a) à soma dos passivos junto a instituições financeiras, das operações de leasing operacional e financeiro (exceto aquelas incluídas nessa categoria exclusivamente por força do IFRS 16, que não deverão ser consideradas na soma), dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, bem como dos mútuos com partes relacionadas e do saldo líquido de operações de derivativos (passivos menos ativos de operações com derivativos); diminuído (b) das disponibilidades (caixa, bancos, saldo de contas a receber de cartão de crédito, aplicações de liquidez imediata ou aplicações de curto prazo, títulos e valores mobiliários de própria emissão ou de terceiros, e títulos públicos e privados de qualquer natureza e (c) dos efeitos da marcação a mercado das operações de derivativos; e.

"EBITDA Ajustado" É o lucro ou prejuízo líquido da Localiza Rent a Car S.A, em bases consolidadas, relativo aos 12 últimos meses, antes: (i) das despesas (receitas) financeiras líquidas, (ii) do imposto de renda e da contribuição social, (iii) das despesas de depreciação e amortização, ajustado pelo: (i) do custo de *stock option*, (ii) das despesas não recorrentes e (iii) do *impairment*.

2. POLÍTICA DE ENDIVIDAMENTO E DERIVATIVOS

2.1. Objetivo e abrangência

- 2.1.1.** A presente Política tem como objetivo permitir à Diretoria de Finanças da Companhia, a tomada de decisões de endividamento e outras transações relacionadas, em respeito aos limites de sua competência.

- 2.1.2.** Todas as questões envolvendo a captação de recursos, contratação de derivativos e concessões de garantias e avais pela Companhia, deverão estar disponíveis para conhecimento de todos os interessados, acionistas e investidores, em conformidade com as normas vigentes.

2.2. Finalidade

- 2.2.1.** A presente Política, tem por finalidade definir os limites de competência da Diretoria de Finanças, avalizada pelo Conselho de Administração da Companhia para:
- 2.2.1.1.** Captação de recursos, incluindo *revolver* e *stand by*
 - 2.2.1.2.** Contratação de operações de derivativos; e
 - 2.2.1.3.** Concessão de garantias, avais e fianças.

2.3. Princípios

- 2.3.1.** A Política executará a sua finalidade, em respeito às demais regras definidas na Companhia e à legislação aplicável, bem como, em observância aos parâmetros que medem a saúde financeira da empresa, sempre com esforços voltados para:
- 2.3.1.1.** Acessar as melhores condições de prazo e taxa fortalecendo as vantagens competitivas da Companhia na captação de recursos.

2.4. Captação de Recursos

- 2.4.1.** A contratação de empréstimos e financiamentos no Brasil e no Exterior pode ser feita, incluindo, mas não se limitando, às seguintes modalidades:
- 2.4.1.1.** Capital de giro em suas diversas modalidades (NCC, CCB, Lei 4131/62);
 - 2.4.1.2.** Emissão de Títulos de crédito no Mercado de Capitais no Brasil;
 - 2.4.1.3.** Emissão de Títulos de crédito no Mercado de Capitais no Exterior;
 - 2.4.1.4.** Leasing operacional e financeiro; e
 - 2.4.1.5.** Repasses governamentais e estaduais (BNDES, BDMG, FINEP).
- 2.4.2.** As captações em moeda estrangeira deverão ser protegidas contra o risco de variação cambial, simultaneamente à captação ou da internação dos recursos se for posterior à captação. As captações via Lei 4131 não necessitam de aprovação do Conselho de Administração, desde que seja realizada com swap para moeda local.
- 2.4.3.** Emissões de títulos de crédito junto ao Mercado de Capitais no Brasil e no Exterior deverão ser realizadas mediante aprovação prévia do Conselho de Administração da Companhia.
- 2.4.4.** Fica dispensada de aprovação prévia do Conselho a liquidação antecipada dos empréstimos e financiamentos, independentemente de sua modalidade, inclusive no caso de resgate antecipado de títulos emitidos no mercado de capitais, exceto quando o vencimento final for superior a 24 (vinte e quatro) meses.

2.5. Contratação de Derivativos Financeiros

- 2.5.1.** Depende de prévia aprovação do Conselho de Administração a contratação de quaisquer operações de compra e venda de opções, de swap e outras operações financeiras complexas que tenham como base a negociação do preço ou cotação no mercado futuro referenciadas em diversos ativos e/ ou índices, tais como e não se limitando à: ouro, taxas de câmbio, índices de moedas, taxas de juros, mercadorias, índices de preços, índices de taxas de juros, ações de emissão de companhias abertas, índices de ações.
- 2.5.2.** Ficam dispensadas de aprovação prévia do Conselho de Administração da Companhia, as contratações de operações de derivativos realizadas com fins de proteção: (i) de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira; e (ii) de operações de swap trocando taxas pós-fixadas para

pré-fixadas, suportadas por contratos de alugueis de no mínimo 3 meses e no máximo 3 (três) anos, limitado ao valor dos carros alugados dos contratos de longo prazo (12 meses e acima) e dos limites aprovados pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Conformidade.

- 2.5.3.** A escolha das instituições financeiras para contratações de operações de derivativos financeiros deve ser feita entre as instituições listadas no ANEXO 1 e que obedecem aos mesmos critérios da deleção de instituições da Política de Investimento, com exceção das operações de derivativos contratadas com fins de proteção de empréstimos e financiamentos diretamente com a Instituição Financeira da contraparte da operação.

2.6. Cláusula de vencimento antecipado em operações no Mercado de Capitais local

- 2.6.1.** Qualquer alteração ou adição de novos itens de vencimento antecipados em relação aos listados abaixo devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

2.6.1.1. Itens de vencimento automáticos:

- 2.6.1.1.1.** Decretação de falência da Emissora e/ou da Interviente Anuente por juiz competente;
- 2.6.1.1.2.** Pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Interviente Anuente;
- 2.6.1.1.3.** Pedido de falência da Emissora e/ou da Interviente Anuente formulado por terceiros e não elidido no prazo legal;
- 2.6.1.1.4.** Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou da Interviente Anuente, independentemente do deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão por juiz competente; e
- 2.6.1.1.5.** Liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Interviente Anuente, exceto se resultante das operações de reorganização permitidas na forma da alínea "(e)" da Cláusula 2.6.1.2.5 abaixo;
- 2.6.1.1.6.** Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em até 2 (dois) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) contados da data da inadimplência; e
- 2.6.1.1.7.** Transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei da Sociedade por ações.

2.6.1.2. Itens de vencimento não automático:

- 2.6.1.2.1.** Protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou a Interviente Anuente, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse a importância correspondente a 3% (três por cento) do patrimônio líquido médio consolidado da Emissora apurado nos últimos 3 (três) trimestres, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) contados da data do protesto, a Emissora e/ou a Interviente Anuente tenham comprovado que tal protesto (i) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) foi cancelado; ou (iii) teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- 2.6.1.2.2.** Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Interviente Anuente e/ou de empresas controladas pela Emissora e/ou pela Interviente Anuente, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior à importância correspondente a 3% (três por cento) do patrimônio líquido médio consolidado da Emissora apurado nos últimos 3 (três) trimestres, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, ou o equivalente em outras moedas;
- 2.6.1.2.3.** Descumprimento pela Emissora e/ou pela Interviente Anuente de qualquer obrigação não pecuniária relacionada à Emissão assumida nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis (conforme

abaixo definidos) da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário;

- 2.6.1.2.4.** Não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, contra a Interveniente Anuente e/ou contra empresas controladas pela Emissora e/ou pela Interveniente Anuente, cujo valor total, individual ou agregado, seja igual ou superior à importância correspondente a 3% (três por cento) do patrimônio líquido médio consolidado da Emissora apurado nos últimos 3 (três) trimestres, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, ou o seu contra valor em outras moedas, desde que impacte a capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações, exceto se comprovada, em até 15 (quinze) Dias Úteis (conforme abaixo definidos), a concessão de pedido cautelar em ação rescisória que suspenda os efeitos da referida decisão ou sentença;
- 2.6.1.2.5.** Incorporação, fusão ou cisão da Emissora e/ou da Interveniente Anuente, salvo se, (a) nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações: (i) tal alteração societária for aprovada previamente por Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação ou (ii) se for garantido aos Debenturistas o direito de resgate pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação de Debêntures de que forem titulares ou (b) o objeto da cisão representar menos de 30% (trinta por cento) do último faturamento consolidado anual da Emissora; ou (c) a parte cindida ou sociedade resultante da incorporação ou fusão permaneça dentro do Grupo de Controle (conforme abaixo definido) da Emissora e/ou da Interveniente Anuente, sendo que tanto na hipótese do item "(a)" "(ii)", quanto na hipótese do item "(c)", a parte cindida ou sociedade resultante da incorporação ou fusão responderá solidariamente pelo resgate das Debêntures;
- 2.6.1.2.6.** Redução de capital da Emissora e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido médio apurado nos últimos 3 (três) trimestres, conforme informações trimestrais consolidadas ou demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, conforme o caso, exceto se (i) tal redução de capital e/ou recompra de suas próprias ações para cancelamento (a) forem previamente autorizadas pelos Debenturistas, representando a maioria das Debêntures em Circulação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, (b) decorra de reembolso a acionistas dissidentes da Emissora ou (ii) se, após tal redução e/ou recompra, a Emissora apresentar caixa consolidado em valor igual ou superior a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais);
- 2.6.1.2.7.** Caso a Emissora e/ou a Interveniente Anuente estejam em mora com as obrigações pecuniárias perante os Debenturistas da Emissão, e delibere ou distribua dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora e/ou da Interveniente Anuente, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- 2.6.1.2.8.** Caso a atividade principal da Emissora deixe de ser a que consta de seu Estatuto Social na Data da Emissão, conforme disposto na Cláusula 3.1 acima, salvo se a atividade principal continuar sendo exercida por outra sociedade subsidiária da Emissora;
- 2.6.1.2.9.** Não manutenção, pela Localiza Rent a Car S.A., dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente com base nas informações trimestrais consolidadas ("ITR") ou demonstrações financeiras consolidadas ("DF"), conforme o caso, da Emissora, relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, sendo a primeira apuração com base nas DF consolidadas de 31 de dezembro de 2017, feita a anualização, quando

aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

(i) índice obtido da divisão da Dívida Líquida (conforme abaixo definida) pelo EBITDA (conforme abaixo definido) não superior a 4,00, onde: “Dívida Líquida” significa o valor calculado em bases consolidadas na Interviente Anuente igual (a) à soma dos passivos junto a instituições financeiras, das operações de leasing operacional e financeiro (exceto aquelas incluídas nessa categoria exclusivamente por força do IFRS 16, que não deverão ser consideradas na soma), dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, bem como dos mútuos com partes relacionadas e do saldo líquido de operações de derivativos (passivos menos ativos de operações com derivativos); diminuído (b) das disponibilidades (caixa, bancos, saldo de contas a receber de cartão de crédito, aplicações de liquidez imediata ou aplicações de curto prazo, títulos e valores mobiliários de própria emissão ou de terceiros, e títulos públicos e privados de qualquer natureza e (c) dos efeitos da marcação a mercado das operações de derivativos; e (ii) índice obtido da divisão entre EBITDA pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme abaixo definidas) não deverá ser inferior a 1,50, onde: “Despesas Financeiras Líquidas” significam as despesas financeiras relativas aos 12 (doze) últimos meses calculadas pelo regime de competência, em bases consolidadas pela Emissora, ou seja, (a) juros relativos a dívidas bancárias (líquida de receitas de aplicações financeiras), (b) parcela com impacto no caixa da variação monetária e cambial sobre juros das modalidades de dívida, (c) juros pagos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional (líquidas de receitas de aplicações em títulos e valores mobiliários ou em títulos públicos e privados de qualquer natureza), (d) despesas financeiras com impacto de caixa relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo (líquidas de receitas financeiras com impacto no caixa recebidas relativamente a mútuos com partes relacionadas listadas no ativo), bem como (e) o valor efetivamente desembolsado referente a passivos de operações de derivativos de proteção de dívidas (líquido dos valores efetivamente recebidos referentes a ativos de operações com derivativos de proteção de dívidas);

2.6.1.2.10. Se houver transferência do Poder de Controle (conforme abaixo definido) da Emissora e/ou da Interviente Anuente, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, que resulte em a Emissora e/ou a Interviente Anuente passarem a ser controladas por pessoa ou entidade não pertencente ao Grupo de Controle (conforme abaixo definido), sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas, salvo se os atuais controladores permanecerem no Grupo de Controle (conforme abaixo definido) após a reorganização societária;

2.6.1.2.11. “Poder de Controle” é o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de uma sociedade, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (“Grupo de Controle”) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais Ordinárias de uma sociedade, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante, conforme definição constante do “Regulamento de Listagem do Novo Mercado” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (Segmento BM&FBovespa).

2.6.1.2.12. Se a Fitch Ratings rebaixar em duas ou mais notas na classificação de risco, em escala nacional, em relação ao rating brAAA (BR, triplo A), o rating corporativo da Emissora ou o rating concedido para esta Emissão, em virtude

de qualquer alteração na composição societária, que venha a resultar na perda, transferência ou alienação do Poder de Controle da Emissora pelos atuais controladores, ou na ausência da Fitch Ratings, caso a classificação equivalente emitida pela Moody's ou Standard & Poor's esteja em nível equivalente ao de duas notas abaixo daquela concedida pela Fitch Ratings;

- 2.6.1.2.13.** Suspensão da negociação ou do registro da negociação das Debêntures junto à B3 não sanado no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis (conforme abaixo definidos);
- 2.6.1.2.14.** Se ocorrer a cassação da licença ambiental, quando aplicável, ou o trânsito em julgado de sentença condenatória, em razão da prática, pela Emissora, de atos que importem trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proveito criminoso da prostituição ou danos ao meio ambiente, desde que impacte a capacidade da Emissora de cumprir com qualquer de suas obrigações; e
- 2.6.1.2.15.** (i) decretação de falência de empresas controladas pela Emissora e/ou pela Interviente Anuente por juiz competente; (ii) pedido de autofalência formulado por empresas controladas pela Emissora e/ou pela Interviente Anuente; (iii) pedido de falência de empresas controladas pela Emissora e/ou pela Interviente Anuente formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; e (iv) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial de empresas controladas pela Emissora e/ou pela Interviente Anuente, independentemente do deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão por juiz competente.

2.7. Limites de Endividamento Líquido

- 2.7.1.** O endividamento líquido da Localiza Rent a Car S.A., em bases consolidadas, apurado na última divulgação trimestral consolidada em IFRS não deve ser superior a 3,2 (três inteiros e dois décimos) vezes o EBITDA ajustado em bases consolidadas da Localiza Rent a Car S.A., acumulado dos últimos 4 trimestres, calculados com base nas Demonstrações Financeiras e elaboradas em IFRS.
- 2.7.2.** Qualquer nova captação de recurso deverá ser precedida de avaliação proforma. A aprovação do Conselho de Administração é obrigatória se o resultado da avaliação superar 3,2 (três inteiros e dois décimos) vezes.

2.8. Concessão de Garantias, Avais e Fianças

- 2.8.1.** A concessão de garantias, em suas diversas modalidades, tais como avais, e fianças, mas não se limitando a essas, somente será permitida entre a Localiza Fleet e Localiza Rent a Car e suas subsidiárias, sem a necessidade de aprovação do Conselho de Administração.
- 2.8.2.** É permitido onerar bens do ativo da Companhia e suas subsidiárias, contratar fianças bancárias e seguro garantia para garantir processos judiciais, licitações, alugueis de imóveis, para garantir "performance" em contratos comerciais, bem como onerar ativos em operações de arrendamento mercantil, certificado de recebíveis imobiliários ("CRI"), fundo de investimentos em direitos creditórios ("FIDC") e outras operações estruturadas no curso normal dos negócios.

2.9. Diretoria de Finanças

- 2.9.1.** A Diretoria de Finanças terá a responsabilidade de executar toda e qualquer operação financeira de endividamento e derivativos, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração se necessário for, em conformidade com os limites estabelecidos nesta Política.
- 2.9.2.** São também responsabilidades da Diretoria de Finanças:
 - 2.9.2.1.** Registrar e comunicar as operações contratadas;
 - 2.9.2.2.** Acompanhar os limites e exposições dos fatores de risco envolvidos nas operações; e
 - 2.9.2.3.** Divulgar, em conjunto com a área de Relações com Investidores, as operações realizadas, em conformidade com a legislação vigente.

3. OUTRAS DISPOSIÇÕES

3.1. Qualquer alteração desta Política deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da Localiza Fleet.

3.2. A Localiza disponibilizará esta Política a seus acionistas por meio de sua página na internet de relações com investidores.

4. VIGÊNCIA

4.1. A presente Política entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá vigorando por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

ANEXO 1

Instituições Financeiras autorizadas

Escala Nacional				
Instituições Financeiras	PL de dez/19 (R\$ bilhões)	S&P	Fitch	Moody's
Itaú	131,7	brAAA	AAA(bra)	Aaa.br
Bradesco	121,1	brAAA	AAA(bra)	Aaa.br
BB	102,2	-	AA(bra)	Aaa.br
Santander Brasil	91,6	brAAA	-	Aaa.br
CEF	81,2	brAAA	AA(bra)	Aa1.br
BNDES	79,6	brAAA	AA(bra)	-
BTG Pactual	18,8	brAA+	AA(bra)	Aaa.br
Safrá	10,5	brAAA	-	Aaa.br
Votorantim	8,8	brAAA	-	Aaa.br
Citibank	8,2	brAAA	AAA(bra)	Aa3.br
JP Morgan	4,8	brAAA	-	Aa1.br
Banco do Nordeste do Brasil	4,2	brAAA	AA(bra)	Aa2.br
ABC-Brasil	3,7	brAAA	AAA(bra)	Aaa.br
Volkswagen	2,9	brAAA	-	-
Alfa	2,4	-	AA(bra)	Aaa.br
Bofa Merrill Lynch	2,3	-	AAA(bra)	-
BNP Paribas	2,1	brAAA	-	-
GMAC	2,2	-	AAA(bra)	-
XP Investimentos	2,2	-	AA (bra)	-
Morgan Stanley	1,9	brAAA	-	-
Goldman Sachs	1,7	-	AAA(bra)	-
Mercedes-Benz	1,6	-	AAA(bra)	-
CCB (China Construction Bank)	1,6	brAAA		Ba1.br
Tokyo-Mitsubishi	1,5	brAAA	-	-
RCI	1,2	-	-	Aaa.br
Toyota	0,7	brAAA	-	-
BBM (BoCom)	0,6		AAA(bra)	Aaa.br
HSBC*	-	A	AA-	A2

**Rating em escala global*